



República Federativa
do Brasil

**Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Município de Itaquaquecetuba - Estado de São Paulo**

Avenida Vereador João Fernandes da Silva, nº 385, Itaquaquecetuba - SP - Fone: (11) 4642-6006

Marcos da Costa
Oficial Delegado

Maria Nequiciane Silva de Faria
Substituta Designada

CERTIFICA

que o presente título foi prenotado sob o nº **00009162**, em data
24/04/2014, e Registrado em Microfilme sob nº **00009129**
nesta data, conforme segue:

Apresentante: HQZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Telefone: 5054-8989 MAGNÓLIA

Contratante: HQZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Protocolo nº 00009162 - ESCRITURA DE DEBENTURES - Guia de Recolhimento Nº 10199 - Valor : R\$

| | |
|----------------------|---------------|
| REGISTRADOR: | R\$ 8.140,24 |
| ESTADO (COD.244-6): | R\$ 2.313,55 |
| REG. CIVIL: | R\$ 1.713,73 |
| IPESP (COD.318-9): | R\$ 428,44 |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA: | R\$ 428,44 |
| CONDUÇÃO/CORREIO: | R\$ 0,00 |
| TOTAL: | R\$ 13.024,40 |
| DEPÓSITO: | R\$ 13.024,40 |

SALDO: R\$ 0,00

Itaquaquecetuba, 24 de abril de 2014

Oficial/Substituto

As verbas ao Estado, ao Sinoreg e ao Ipesp serão recolhidas em guias próprias

Prenotação nº. **00009162**

RECIBO DO CAIXA

Recebi / Devolvi o saldo acima

Itaquaquecetuba, 29 / 04 / 14.

Shaulany
Caixa

Títulos e Documentos

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS
TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA SETAH OPERAÇÕES S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

SETAH OPERAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, 2332, Torre II, Conjunto 121, Moema, CEP 04028-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.560.282/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 3530046183-5, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia" e "Estatuto Social", respectivamente);

SLW CVC LTDA., instituição financeira com sede na Cida de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717 6º/10º And., inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.657.675/0001.86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

MATHEUS TONIN DUARTE, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº MG 8.254.598, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.359.686-98, residente e domiciliado na Av. Jurema, 200, ap.92B, Moema, São Paulo/SP, CEP 04079-000, casado sob o regime de cumulação parcial com **BIANCA COTE GIL DUARTE**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG 30.752.037 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 296.814.418-93, residente e domiciliada na Av. Jurema, 200, ap.92B, Moema, São Paulo/SP, CEP 04079-000; **LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA RENNÓ**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.783.331-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 277.820.758-90, residente e domiciliado na Al. Dos Tupiniquins, 417, ap. 81, Planalto Paulista, São Paulo/SP, CEP 04077-001 casado sob o regime de cumulação parcial com **LIVIA NASCIMENTO RENNÓ**, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG MG 10.665.553 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.921.626-01, residente e

4

2

3



km

domiciliada na Al. Dos Tupiniquins, 417, ap. 81, Planalto Paulista, São Paulo/SP, CEP 04077-001; **HQ MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.832.750/0001-05, com sede na Rua João Pekny, 1201, Água Vermelha, Poá/SP, CEP 08565-600, e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.832.750/0002-88, com sede na Estrada Cata Preta, 131, Vl. João Ramalho, Santo André/SP, CEP 09170-000; **COMERCIAL HZ DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.929.867/0001-78, com sede na Av. Ragueb Chofi, 1956, Galpão 1, São Matheus, São Paulo/SP, CEP 02229-000 e suas filiais, um inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.929.867/0003-30, com sede na Av. Um, 21, Maracanã, Cariacica/ES, CEP 29142-820 e outra inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.929.867/0004-10, com sede na Estrada Stella Mazzuca, nº 159, Vl. Margarida, Ferraz de Vasconcelos/SP, CEP 08542-000; **COMERCIAL QZ DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.920.066/0001-77, com sede na Av. João Ramalho, 222, Vl. Noemia, Mauá/SP, CEP 09371-520 e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.920.066/0002-58, com sede na Estrada de Santa Isabel, 7777, Jd. Nascente, Itaquaquecetuba/SP, CEP 08586-415; **MERCANTIL DE ALIMENTOS QHZ LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.826.617/0001-09, com sede na Est. Pres. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 3505, Galpão 1, Jardim Angelica, Guarulhos/SP, CEP 07252-000 e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.826.617/0002-81, com sede na Av. Santana do Mundau, nº 1078, Pq. Alvorada, Guarulhos/SP, CEP 07242-190; **QZH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.120.449/0001-96, com sede na Av. Italo Adami, 240, cj. 16B, Vl. Ursulina, Itaquaquecetuba/SP, CEP 08574-020 e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.120.449/0002-77, com sede na Rua Sorocaba, 1200, Vl. Monte Belo, Itaquaquecetuba/SP, CEP 08574-020; e **ZQH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.466.668/0001-70, com sede na Av. Edu Chaves, 505, Pq. Edu Chaves, São Paulo/SP, CEP 02229-000 e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.466.668/0002-51, com sede na Rua Eduardo Augusto Mesquita, 631, Galpão 1, Pq. Sta. Teresa, Carapicuíba/SP, CEP 06340-380; **SETAH PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 777, cj. 152Q, CEP 01311-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.735.656/0001-02 ("Setah Participações"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e, quando referidos em conjunto, "Fiadores"

RESOLVEM celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária,

47



mm

com garantia real e fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (conforme definição abaixo), da SETAH OPERAÇÕES S.A.", doravante denominada "Escritura", nos termos e condições abaixo aduzidos.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia realizada em 25 de março de 2014.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, e a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços", conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente assinados, deverão ser protocolados para registro pela Emissora na JUCESP em até 10 (dez) Dias Úteis de sua celebração. Uma vez devidamente registrados na JUCESP, deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis após o registro na JUCESP, 1 (uma) via original da Escritura.

2.1.3. Registro dos Contratos de Garantia no Registro de Títulos e Documentos

47



mm

2.1.3.1. Em virtude das garantias reais prestadas pela Emissora, nos termos do artigo 62, III da Lei das Sociedades por Ações e artigos 129 e 130 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei 6.015/73"), os Contratos de Garantia definidos na Cláusula 4.11, bem como seus eventuais aditamentos, serão protocolados para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das respectivas partes, em até 5 (cinco) dias contados da sua celebração.

2.1.3.2 Após realização do registro do Contratos de Garantia, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante do registro no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento. Além disso, o Agente Fiduciário deverá receber 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia devidamente registrados no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro.

2.1.4 Registro da Escritura em Cartório de Títulos e Documentos

2.1.4.1 Nos termos do artigo 129 da Lei 6.015/73, em virtude da Garantia Fidejussória, conforme definida no item 4.12.1 abaixo, a presente Escritura será levada a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 10 (dez) dias contados do registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e, uma vez registrada, deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da obtenção do registro.

2.1.5 Dispensa de Registro na CVM

2.1.5.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.6 Dispensa de Registro na ANBIMA

2.1.6.1 Conforme dispõe o §1º, inciso I do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de

43 231

GRUPO SETA JURÍDICO

mm

Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

2.1.6.2 A presente Emissão será objeto de registro junto à ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados na forma do parágrafo 2º do artigo 1º Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado à expedição de diretrizes para este fim.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a captação de recursos por meio da emissão de títulos e/ou valores mobiliários com o propósito de implantação de projeto de expansão da rede de lojas do Grupo Seta.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures ("Debêntures").

4

2

3/1



mm

✓

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 Atuará como banco liquidante e escriturador mandatário **BANCO CITIBANK S.A.**, Av. Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, São Paulo, SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001.80 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário", conforme o caso).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a colocação das Debêntures serão destinados, diretamente, ao pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios (definido na cláusula 4.11 abaixo) e, indiretamente, à implementação do plano de expansão da rede de lojas do Grupo Seta em 2014.

3.7.2 Os recursos obtidos com a colocação das Debêntures somente serão repassados à Emissora pelo Coordenador Líder após a formalização de todas as garantias previstas nesta Escritura.

3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) de acordo com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que cumpridas, pelo Emissor, as exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado o disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias

4

D

5/1



mm

seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (v) fundos de investimento destinados a investidores não qualificados; e (vi) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, os quais deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços de subscrição, com intermediação da Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Coordenador Líder") e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Sob Regime de Melhores Esforços de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão da SETAH OPERAÇÕES S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Colocação").

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.2.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.2.2 O volume da Emissão e da Oferta Restrita não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.

3.9.2.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o

47

31

31



MM

✓

Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores nesse período.

3.9.2.4 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.2.5 Serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista sua relação com o Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder.

3.9.2.6 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.2.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

3.10 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na presente Escritura.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Data de Emissão

43 2 31

GRUPO SETA
JURIDICO

MM

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 8 de abril de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 8 de abril de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento do saldo das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definido, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida e calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp that reads "GRUPO SETA JURIDICO".

4.2 Subscrição

4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição e em conformidade com o Contrato de Colocação.

4.2.2 Preço de Subscrição

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 Todas as Debêntures serão integralizadas em uma única data, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.5.1 Haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, nos termos da cláusula 4.6.1 abaixo.

4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Integralização, as Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE" e "IPCA"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário, acrescido de *spread* ou sobretaxa de 9% (nove por cento) ao ano, base 252 dias úteis segundo a seguinte fórmula:.

$$VNa = VNe \times C$$

45 D



MTM

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitários das Debêntures informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de número-índice considerados na Remuneração das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, última data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Integralização, última data de aniversário das Debêntures e próxima data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

47

Φ

5/1



mm

✓

Deve-se prever pro-rata de índice considerando que a data de da primeira integralização das Debêntures não seja o dia da data de aniversário.

4.6.1.1 O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

4.6.1.2 A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.6.1.3 Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

4.6.1.4 Os fatores resultantes das expressões $[(NI_k/NI_{k-1})^{dup/dut}]$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

4.6.1.5 O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

4.6.1.6 Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicada, observado o disposto no item 4.6.1.7 abaixo.

4.6.1.7 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar do IPCA, a partir da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

47

Φ

31



mm

✓

4.6.1.8 Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Remuneração.

4.6.1.9 Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês e, caso a referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 (duas) datas de aniversários consecutivas.

4.7 Amortização Programada

4.7.1 A partir da Data de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acompanhado da Remuneração, será amortizado em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido 1 (um) mês após a data de Emissão e o último na Data de Vencimento, observado o disposto nesta Escritura. Ou seja, para efeito de saldo do valor nominal a atualização monetária deve considerar aniversários anuais.

4.8 Repactuação

4.8.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou

47 31 GRUPO SETA JURÍDICO mmm

isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.1.3 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 4.9.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

4.9.1.4 Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 4.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

43

2

31



WMM

✓

4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração ou de outras consequências previstas nesta Escritura, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do previsto no item 4.9.3.1, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 **Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no Jornal "DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em 2 (dois) Dias Úteis contados da data da sua realização.

4.11 **Garantias Reais**

4.11.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora sob as Debêntures, serão prestadas pela Companhia e por suas sócias quais sejam, a LH Participações Eireli, empresa individual com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, nº 2.332, sala 4,

41

Φ

31



WM7

Moema, CEP 04028-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.318.180/0001-21; MH Participações Eireli, empresa individual com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, nº 2.332, sala 5, Moema, CEP 04028-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.318.257/0001-63 ("Fiduciantes"), as garantias abaixo descritas ("Garantias Reais"):

- (i) alienação fiduciária de (a) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora; e (b) 100% (cem por cento) das ações de emissão da Setah Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 777, cj. 152Q, CEP 01311-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.735.656/0001-02, conforme "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre os Fiduciantes e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");
- (ii) cessão fiduciária, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária, de direito de crédito da Emissora contra instituição financeira, representado por recursos a serem depositados na conta nº 700330-6, agência nº 0001, no Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Conta Vinculada"), quando do desembolso das Debêntures, em valor equivalente à R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Fundo de Reserva"), conforme cláusula 3.1 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, quando referido em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia"; e
- (iii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária, de recebíveis oriundos de vendas realizadas por sociedades controladas pela Emissora ("Sociedades Controladas") e, quando referidas em conjunto com os Fiadores, "Garantidoras", com fluxo mensal total de no mínimo R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), da seguinte forma: (a) pagas com cartões de crédito e débito visa e mastercard, no valor mínimo de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e (b) pagas com cartões de benefício (ticket, sodexo e alelo) e os cartões elo, dinners, hipercard, sorocred, credysistem e amex, bem como outros relevantes que venham a ser credenciados, perfazendo em conjunto o valor mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem depositados na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Fluxo Mínimo Mensal"); o Fluxo Mínimo Mensal será



proporcional ao montante total distribuído das Debêntures. Sendo assim, os valores estabelecidos acima são válidos para a distribuição do montante total de Debêntures de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Caso seja distribuído montante inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor do Fluxo Mínimo Mensal e do Fundo de Reserva deverá ser ajustado proporcionalmente ao montante efetivamente distribuído de Debêntures.

4.11.2 Os bens descritos na cláusula 4.11.1 são tidos como garantidores para o pagamento do valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas").

4.11.3 Em caso de inadimplemento pela Emissora de quaisquer das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá liquidar os bens acima descritos na cláusula 4.11, o quanto baste, para a total liquidação das Obrigações Garantidas, conforme estabelecido nesta Escritura.

4.11.4 As garantias reais permanecerão válidas em todos os seus termos até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.12 Garantia Fidejussória

4.12.1 Em garantia do fiel e pontual pagamento da todas as obrigações principais e acessórias da Emissora sob as Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como Fiadores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados ("Garantia Fidejussória").

4.12.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, Fiadores, solidariamente responsáveis e principais pagadores do valor total das Obrigações Garantidas, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4

4

3/



MM

✓

4.12.3 O valor da fiança ora prestada pelos Fiadores é limitado ao valor total das Obrigações Garantidas.

4.12.4 Em caso de inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer das Obrigações Garantidas, o valor correspondente será pago pelos Fiadores em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) Dia Útil do recebimento da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.12.5 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.12.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.12.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da respectiva parcela dívida efetivamente por ele honrada.

4.12.8 A presente fiança entra em vigor da Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral das Obrigações Garantidas, sendo certo que somente a partir de tal data os Fiadores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

42 4 3/1 GRUPO SETA JURÍDICO WMM

4.12.9 Caso sejam admitidos novos acionistas na Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, deverá ser celebrado aditamento a esta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis, para inclusão dos novos acionistas da Emissora como Fiadores, solidários com os demais, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.

4.13 Ordem de Execução das Garantias

4.13.1 O Agente Fiduciário deverá executar as Garantias obedecendo a seguinte ordem: (i) Fundo de Reserva, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) Direitos Creditórios, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) garantia fidejussória estabelecida na cláusula 4.12 acima; e (iv) alienação fiduciária de ações, conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" exclusivamente para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, as quais serão consideradas debêntures em mercado, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

43

4

5/1



nan

✓

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, realizar unilateralmente o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, conforme o caso (“Resgate Antecipado”).

5.2.1.1 O Resgate Antecipado será realizado pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, ou parcial, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.2.2 O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.10 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora (“Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser em Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado, total ou parcial, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data de Resgate Antecipado.

5.2.3 Da Comunicação de Resgate deverão constar: (i) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) local de realização; (iv) procedimento de resgate; e (v) menção de que o preço unitário de resgate das Debêntures será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da integralização ou da Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso.

5.2.4 Em caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no inciso I, do parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76, sendo que o Agente Fiduciário realizará o sorteio. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

47

4

31/



MM

✓

5.2.5 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIPe/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP,.

5.2.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

5.3 Vencimento Antecipado Automático

5.3.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 1 (um) Dia Útil contado a partir de sua ciência e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses.

- (i) a ocorrência de: (a) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência, ou, ainda, pedido de autofalência dos Fiadores, da Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos; ou, ainda; (b) qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos;
- (ii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei nº 6.404/76;

4

Φ

3/1



mm

✓

- (iii) proposta, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, a qualquer credor ou classe de credores, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento, pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
- (iv) redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; ou (b) se previamente autorizada pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei 6.404/76;
- (v) falta de cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação pelo Agente Fiduciário;
- (vi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura, na forma descrita no item 3.7;
- (vii) não haver acordo entre a Emissora e os titulares de Debêntures a respeito da taxa substitutiva e a Emissora não tomar uma decisão acerca de qual taxa será utilizada para o cálculo da Remuneração Substitutiva, nos termos do item 4.6.3.1;
- (viii) transferência, cessão ou promessa de cessão das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura sem que seja obtida a prévia e expressa anuência dos titulares de ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral convocada para deliberar sobre este assunto;
- (ix) se a presente Escritura, as Garantias Reais ou a Garantia Fidejussória (a) forem objeto de questionamento administrativo, judicial ou arbitral; (b) forem anuladas, declaradas nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir, desde que não substituída a garantia por outra livre de qualquer ônus no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a partir do recebimento da citação ou notificação para tanto;

4

D

31



MM

✓

- (x) cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou suas controladoras que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, (a) exceto se realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, desde que mantido o controle indireto; ou (b) exceto se obtida anuência prévia de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (c) exceto se realizada sem que o controle indireto da Emissora seja alterado;
- (xi) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, exceto (a) mediante anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou (b) exceto se realizada sem que o controle indireto da Emissora seja alterado;
- (xii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, ordenando o pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- (xiii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em razão das Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xiv) alteração do Estatuto Social da Emissora que permita aos acionistas exercerem, no todo ou em parte, o direito de recesso da Emissora, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) alienação ou cessão de ativos da Emissora, desde que, cumulativamente não seja o produto reaplicado nos negócios da Emissora, conforme descrito no Estatuto Social e sendo em montante superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de

4

1

9/



mm

✓

reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, não tenha sido aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada, com quórum de 75% das Debentures em circulação;

- (xvi) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, consideradas individualmente, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, desde que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva ciência pela Emissora; e
- (xvii) existência de processo judicial, administrativo ou arbitral que tenha como objeto a discussão da inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados (a) da data da citação, intimação ou da efetiva ciência, por qualquer outro meio, pela Emissora, Fiduciantes e/ou Fiadores a respeito da existência do processo judicial, administrativo ou arbitral; ou (b) da data da propositura, pela Emissora, Fiduciantes e/ou Fiadores, do processo judicial, administrativo ou arbitral em questão.

5.3.1.1 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

5.4 Vencimento Antecipado Não Automático

5.4.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data



do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) não observância dos índices financeiros pela Setah Participações calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura (“Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente;
- (ii) protestos de títulos contra a Emissora que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva ciência pela Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado;
- (iii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- (iv) cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades da Emissora;
- (v) falta de cumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do descumprimento;
- (vi) alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora sem prévia comunicação aos Debenturistas;
- (vii) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre a Emissora, no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome da

45

5

5/



WMM

✓

Emissora, seus sócios e/ou dirigentes e ou a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, seus sócios e ou dirigentes que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente, referentes a levantamento de informações sobre manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravidão, nos termos da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 540, de 15 de outubro de 2004;

- (viii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora, Fiduciantes e/ou Fiadores nesta Escritura ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- (ix) as Garantias Reais previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia não sejam constituídas e aperfeiçoadas nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (x) descumprimento de qualquer obrigação da Emissora, Fiduciantes e/ou Fiadores previstas nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xi) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura (a) sejam subordinadas a quaisquer dívidas que venham a ser por ela contraídas, e/ou (b) não concorram em condições *pari passu* com as demais dívidas garantidas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xii) realização, pela Emissora, de atividade estranha ao seu objeto social, conforme descrito na cláusula 3.1 da presente Escritura.

5.4.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

4



mm

✓

5.4.3 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.4.1 anterior, será necessário o quórum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.4.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

5.4.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.4.4 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.4.6 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.4.1 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures assumidas pela Emissora, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1 A Emissora e a Setah Participações, conforme o caso, adicionalmente obrigam-se a:

- (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Setah Participações relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração do Diretor Presidente da Emissora e da Setah Participações de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, relatório da Setah Participações contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício,

4

5

31



MM

✓

compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Setah Participações, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão, incluindo ocorrência ou não de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.3.1;

- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada trimestre, (1) cópia do balanço consolidado da Emissora e da Setah Participações relativas ao encerramento de cada trimestre; (2) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros da Setah Participações para o respectivo trimestre, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e à Setah Participações todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, desde que a solicitação não se refira a exigência cujo prazo para cumprimento ainda não venceu, bem como, que ela sempre obedeça a critérios de razoabilidade;
- (d) em até 10 (dez) Dias Úteis após o efetivo registro na JUCESP, notificação de convocação e cópias das atas de todas as assembleias gerais de acionistas e reuniões de diretoria da Emissora;
- (e) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, cópia de todas as cartas e

4

Φ

8/



mm

✓

comunicados enviados, bem como os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias, desde que devidamente registrada na JUCESP que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas;

- (f) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, que possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures, entendido como qualquer evento ou situação que cause (1) qualquer efeito negativo, de caráter substancial, na situação (financeira, societária, operacional ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de suas controladas; e/ou (2) qualquer efeito negativo na capacidade da Emissora de cumprir pontualmente qualquer de suas obrigações pecuniárias ou obrigações não pecuniárias relevantes, no todo ou em parte, nos termos desta Escritura;
 - (g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 5.3.1 e 5.4.1 acima em até 3 (três) Dias Úteis data da ciência pela Emissora, e/ou da ciência pela Emissora de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures;
 - (h) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia devidamente registrados, conforme disposto na Cláusula 2.1.3.2 no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data dos respectivos registros.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

45

φ

5/11



WMM

- (v) cumprir todas as determinações da CVM, disponibilizando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis e, em todos os aspectos relevantes, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- (ix) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ciência do fato, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa afetar adversamente sua condição operacional;
- (x) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures, contatos da data da sua ciência, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras disponibilizadas pela Emissora em seu *site* não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra remuneração estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

43

Δ

B/



Wm

✓

- (xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- (xiv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.setaatacadista.com.br dentro de até 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.setaatacadista.com.br, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, conforme dados de contato do Coordenador Líder constantes do Contrato de Colocação e dados de contato do Agente Fiduciário na presente Escritura; e

4

φ

31



mm

✓

- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (xv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xvi) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, da véspera do evento até as 19:00h (dezenove horas) da véspera do evento;
- (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xviii) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xix) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xx) manter a classificação de risco das Debêntures atualizada anualmente;

4

Φ

3/1



mm

✓

- (xxi) comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xxii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (xxiii) a Setah Participações deverá observar a seguinte regra de distribuição de dividendos, que poderão se distribuídos apenas caso as obrigações das Debêntures estejam adimplentes:

| Covenant | Distribuição de Dividendos - % do Lucro Líquido do Exercício de | | | | |
|--------------------------|---|------|------|------|------|
| Divida Líquido/EBITDA | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| de 2,50 a 2,99 | 0% | 0% | 0% | 20% | 20% |
| de 2,00 a 2,49 | 0% | 15% | 20% | 30% | 30% |
| de 1,70 a 1,99 | 0% | 25% | 30% | 40% | 40% |
| Abaixo de 1,69 | 0% | 35% | 40% | 50% | 50% |

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xviii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iii) extração de certidões;
- (iv) despesas de viagem, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

43

4

31



WTH

✓

3/

GRUPO SETA
JURIMICO

mm

7.2.6 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM nº 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

47

Φ

31



MM

✓

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, de forma justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, desde que haja justificativa razoável para tanto;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima, às expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas. Para tanto, a Emissora disponibilizará todos os atos societários necessários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas

47 \$ 31  mm

da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate das Debêntures amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;

4/

3/



mm

✓

- (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CETIP;
 - (d) na CVM; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme disposto na cláusula item 4.10, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e

45

Φ

8/



mm

✓

os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, observado o disposto na cláusula 10.2.1 abaixo, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- (xx) divulgar as informações referidas no item 7.3 (xiii) "j" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (xxi) disponibilizar diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar as garantias prestadas sob as Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, para pagamento dos montantes devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da presente Escritura e dos Contratos de Garantia;

4

8

31



MM

✓

- (iii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação pertinente;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários anuais pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), pagáveis em parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura e as demais na mesma data dos trimestres subsequentes ao de celebração desta Escritura.

7.7 A parcela citada na cláusula 7.6 supra será reajustada pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.8 A parcela citada no item acima, será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IRFF (Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes na data do pagamento.

47

2

31



mm

✓

7.9 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a Remuneração pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.11 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

7.12 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

4

5

3/1



WM

1

8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na sede do Agente Fiduciário.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

8.4.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.4.2 A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá ser realizada, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidos conclaves, respeitadas as regras e prazos de convocação aplicáveis aos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

4/

3/



mm
r

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação de titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se outro quórum específico for estabelecido na presente Escritura.

8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas ou às condições das Debêntures, como, por exemplo, (i) substituição do Agente Fiduciário ou do Banco Liquidante; (ii) alteração dos quoruns previstos nesta Escritura; (iii) alteração de datas de pagamentos de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iv) alteração do prazo das Debêntures; (v) alteração da forma de amortização; (vi) alteração da remuneração das Debêntures; (vii) alteração dos itens de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora; deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido. Quaisquer deliberações tomadas pelos Debenturistas nos termos desta cláusula deverão ser aprovadas pela Emissora.

8.10 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação por titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

47

31

31



MM

✓

- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não há nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (viii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28; e
- (xiii) as Garantias Reais a serem prestadas são suficientes; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário não identificou que presta serviços de agente fiduciário em emissões da Emissora ou de sociedades de seu grupo econômico.

45

SA



MM

✓

9.2 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, em situação regular, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

4

Φ



mm

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura ou de quaisquer outros documentos relacionados à Emissão, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (vi) observada a condição suspensiva descrita no Contrato de Cessão Fiduciária, a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles descritos na cláusula 4.11 e por aqueles já existentes nesta data; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou

4

Φ

SP



mm

instrumentos; ou (d) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos;

- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental federal, estadual, municipal ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- (viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;
- (x) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, ressalvadas as situações em que os documentos não tenham sido expedidos por atraso do próprio órgão expedidor;
- (xi) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Emissora não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento relevante do endividamento da Emissora;

45



mm

- (xiii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder são materialmente corretos, verdadeiros, consistentes e suficientes, bem como estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xv) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (xvi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados nas certidões da Emissora;
- (xvii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xviii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (xix) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão, da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses a contar da data de encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida ao registro junto à CVM.

45

4

5/



MM

✓

10.2.1 A Emissora se compromete a notificar em até 10 (dez) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, observado o disposto no item 7.3 (xix) desta Escritura.

10.3 Os Fiadores HQ Mercantil de Alimentos Ltda.; Comercial HZ de Alimentos Ltda.; Comercial QZ de Alimentos Ltda.; Mercantil de Alimentos QHZ Ltda.; QZH Comércio De Alimentos Ltda.; ZQH Comércio de Alimentos Ltda.; e Setah Participações S.A., declaram e garantem, cada qual a seu turno:

- (i) é uma sociedade limitada ou companhia fechada, conforme o caso, devidamente organizada, em situação regular, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e prestar a Fiança e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura, à prestação da Fiança e ao cumprimento de suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura ou de quaisquer outros documentos relacionados à Emissão, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Fiador;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) o Fiador está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades do Fiador;

45

Φ

31



mm

- (vi) a celebração da Escritura e a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelo Fiador, de suas obrigações nos termos desta Escritura ou para a prestação da Fiança;
- (viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (x) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xi) suas demonstrações financeiras apresentam de maneira adequada a situação financeira nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, o Fiador não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos, verdadeiros, consistentes e suficientes, bem como estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre o Fiador, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes do Fiador, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

45

Φ

B/



mm

✓

- (xiii) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Fiadora em prejuízo dos investidores das Debêntures; e
- (xiv) a Fiança constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Fiador, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3.1 Os Fiadores se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

SETAH OPERAÇÕES S.A.

Avenida Ibirapuera, 2332, Torre II, Conjunto 121, Moema
04028-002 – São Paulo - SP

At.: Vitor Leitão

Telefone: (11) 5054 - 8989

Correio eletrônico: victor.leitao@setaatacadista.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 10º andar, Itaim Bibi
CEP 04530-001, São Paulo – SP

At.: Nelson Santucci Torres

Telefone: (11) 3048-9943

Correio eletrônico: nelson.torres@slw.com.br / fiduciario@slw.com.br

4

1

31



WTH

✓

(iii) Para o Banco Liquidante:

BANCO CITIBANK S.A.

Av. Paulista, nº 1.111 – 2º Andar Parte
01311-920, São Paulo-SP
At.: Operações Agency&Trust
Telefone: (11) 4009-7088 / (11) 4009-7139
Correio eletrônico: sfs.agency.trust@citi.com

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 – São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(v) Para os Fiadores:

Aos endereços indicados nas respectivas qualificações no preâmbulo desta Escritura.

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da

4

1

31



MM

mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as demais Partes pela Emissora em até 5 (cinco) dias.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6 As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

45 Φ B1  mm

11.7 As Partes declaram que a presente Escritura integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração da Escritura e demais documentos relacionados à Emissão, que não podem ser interpretados e/ou analisados isoladamente.

11.8 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.9 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. LEI E FORO

12.1 Esta Escritura reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.

12.2 Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas

São Paulo, 25 de março de 2014.

(assinaturas nas páginas seguintes)

4

5

6



MAN

(página de assinatura 1/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

SETAH OPERAÇÕES S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



(página de assinatura 2/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

SLW CVC LTDA.


Nome: Felipe Coimbra Alois André
Cargo: Diretor de Compliance
CPF: 297.667.318-70


Nome:
Cargo:
Nelson Santucci Torres
SLWCVC LTDA.

if

Φ

B/



mm

(página de assinatura 3/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).



MATHEUS TONIN DUARTE



BIANCA COTE GIL DUARTE

4

Φ



(página de assinatura 4/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

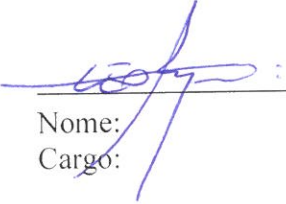

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA RENNO

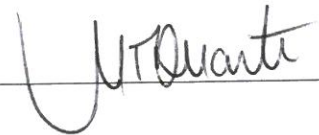

LIVIA NASCIMENTO RENNÓ



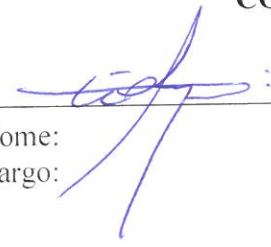
(página de assinatura 5/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

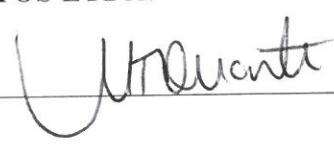
HQ MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA.


Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo:

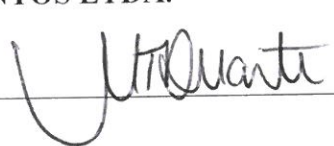
COMERCIAL HZ DE ALIMENTOS LTDA.


Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo:

COMERCIAL QZ DE ALIMENTOS LTDA.


Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo:

(página de assinatura 6/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

MERCANTIL DE ALIMENTOS QHZ LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

QZH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

ZQH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

SETAH PARTICIPAÇÕES S.A.

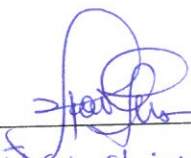
Nome: _____
Cargo: _____

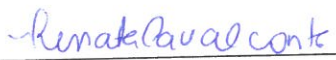
Nome: _____
Cargo: _____



(página de assinatura 7/7 da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

Testemunhas:

1. 
Nome: Flávia Crispim Ferreira
RG: 26478994-1
CPF/MF: 144212988-94

2. 
Nome: Renata Cavalante de Mello Sanha
RG: 46.026.954-0
CPF/MF: 386.055.258-94

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE ITAQUAQUECETUBA-SP
CNPJ nº 07.528.769/0001-26
Av. Ver. João Fernandes da Silva, 385
Itaquaquecetuba-SP Tel: 4642-6006

Prenotado sob nº 00009162 em 24/04/2014,
registrado em microfilme nº 00009129,
Itaquaquecetuba, 24/04/2014

☒ Marcos da Costa (Oficial Delegado)
☒ Maria N. Silva Faria (Subst. Designada)
☒ Gilberto S. Casimiro (Escr. Substituto)
☒ Jorge Luis R. Menezes (Escr. Autorizado)
☒ Elian de V. Silva Jr. (Escr. Autorizado)

Emolumentos e Custas:
Registrador: R\$ 8.140,24
Reg. Civil: R\$ 428,44
Estado: R\$ 2.313,55
Trib. Justiça: R\$ 428,44
Ipesp: R\$ 1.713,73
TOTAL: R\$ 13.024,40
(Incluídos 28% ao Estado - 21% ao Ipesp
- 5% ao Reg. Civil - 5% ao Trib. Justiça)



(Este anexo é parte integrante da Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09 da Setah Operações S.A., celebrada em 25 de março de 2014).

ANEXO I ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Setah Participações e acompanhados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, nos termos da cláusula 6.1 (i) (a) e (b) acima, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Setah Participações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras pelo Agente Fiduciário, até a Data de Vencimento: A razão entre a Dívida Líquida sobre o EBITDA com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora não poderá, durante a vigência das Debêntures, ser igual ou superior a 3 (três).

2. Define-se:

| | |
|----------------|---|
| Dívida Líquida | É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo. |
| EBITDA | Significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base |

4

31



mm

✓

nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, o auditor independente da Emissora, desde que seja registrado na CVM, deverá calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

4

mm

2

8/1



✓